

OLHAR PARA O FUTURO PELA HISTÓRIA: SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL¹

Leonardo Ferreira Kaltner
Viviane Teixeira

Resumo: O *Plano de Ação da Praia* (2021), que surgiu no âmbito da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizado em Luanda, Angola, apresenta entre seus tópicos o fomento às “políticas públicas para a promoção da leitura”. Nesse sentido, debatemos, no presente artigo, como documentos históricos sobre a implantação da língua portuguesa no Brasil, por exemplo, podem servir como elementos de cooperação intercultural, para a promoção de uma interpretação historiográfica comum aos países do bloco multicultural. Apresentamos, para esse fim, o campo teórico da Linguística Missionária, linha de pesquisas específica da disciplina Historiografia (da) Linguística (HL), e interdisciplinar à Ecolinguística, que interpreta documentos da intelectualidade missionária do período colonial da América portuguesa. Como exemplo da interpretação desse fundo documental, selecionamos o relato da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, de 1500, sobre a primeira missa na então chamada Ilha da Vera Cruz. Demonstramos como a interpretação desse corpus textual, pela HL, pode facultar o seu emprego, por exemplo, na promoção da releitura de documentos históricos comuns ao Brasil e à Europa, em uma perspectiva decolonial. **Palavras-chave:** Historiografia Linguística. Linguística Missionária. Língua Portuguesa. Ecologia do Contato de Línguas. Carta de Pero Vaz de Caminha.

Abstract: *The Praia Action Plan* (2021), which emerged within the scope of the XIII Conference of CPLP Heads of State and Government, held in Luanda, Angola, presents among its topics the promotion of “public policies for the promotion of reading”. In this sense, in this article, we discuss how historical documents about the implantation of the Portuguese language in Brazil, for example, can serve as elements of intercultural cooperation, to promote a common historiographical

1 Título em língua estrangeira: “Looking to the future through history: about the implementation of the portuguese language in Brazil”.

interpretation in the countries of the multicultural bloc. For this purpose, we present the theoretical field of Missionary Linguistics, a specific line of research in the Historiography (da) Linguistics (HL) discipline, and interdisciplinary to Ecolinguistics, which interprets documents from the missionary intellectuality of the colonial period in Portuguese America. As an example of the interpretation of this documental background, we selected the account of the *Letter by Pero Vaz de Caminha*, from 1500, about the first mass in the so-called Ilha da Vera Cruz. We demonstrate how the interpretation of this textual corpus, by HL, can allow its use, for example, in promoting the re-reading of historical documents common to Brazil and Europe, in a decolonial perspective.

Keywords: Linguistics Historiography. Missionary Linguistics. Portuguese Language. Language Contact Ecology. Letter of Pero Vaz de Caminha.

Introdução: CPLP, Linguística Missionária e Ecolinguística

O presente artigo é resultado parcial de projeto de pesquisa intitulado *Regna Brasillica: o Brasil quinhentista à luz da Historiografia da Linguística*, desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisas “Filologia, línguas clássicas e línguas formadoras da cultura nacional” (FILIC/CNPq), sediado no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF). O projeto tem por escopo a análise do “pensamento linguístico” (*linguistic thought*) (SWIGGERS, 2013; BATISTA, 2013), nos primeiros círculos intelectuais da América portuguesa quinhentista, formado por missionários de ordens religiosas, com formação humanística, tema desenvolvido em estudos anteriores (KALTNER, 2020).

Dessa forma, o projeto tem por objeto de estudos central a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595), primeira gramática escrita na América portuguesa sobre uma língua indígena, cujo autor é o missionário S. José de Anchieta, SJ (1534-1597) (ZWARTJES, 2011; BASTOS, PALMA, 2004). Um dos temas transversais pesquisados também é a implantação do vernáculo português, nesse contexto quinhentista, das navegações ibéricas e da cultura renascentista europeia, tema que dialoga com os objetivos do *Plano de Ação da Praia* de 2021.

A intelectualidade ibérica da época quinhentista, de formação missionária, iniciou seu trabalho catequético, e mesmo “linguístico” ainda no final do século XV:

The so-called spiritual conquest of the Americas already began during the second expedition of Columbus. In Spanish America, the Franciscans started their mission in the Antilles; the Dominicans settled themselves in the New World in 1508; the Augustinians began their activities in 1531; and in 1568 the Jesuits began work in Peru. The first chair in an Amerindian language was founded in the Cathedral of Lima (1551) and later at the University of Mexico (1580). In Portuguese America the Franciscans were also the pioneers (ZWARTJES, 2011, p. 143)

O tema a ser abordado no artigo, o início do processo missionário no período colonial da América portuguesa

quinhentista, é o primeiro momento de um processo intercultural mais longo, que teria como resultado a gramática humanística de Anchieta, sobre a língua dos indígenas de cultura tupinambá, como principal produto linguístico desse contexto histórico, tendo sido a obra desenvolvida na segunda metade do século XVI. Nosso intuito com o artigo é vincular as discussões teórico-culturais do referido projeto no contexto dos debates em curso nas relações Brasil-Europa, em perspectiva pós-colonial (BISPO, 2018), para a compreensão do início desse movimento intelectual, que culminaria com a implantação da língua vernácula de Portugal na América portuguesa.

Como organismo de cooperação multilateral, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) pressupõe um diálogo intercultural entre países soberanos que possuem em comum a língua portuguesa em uso. Nesse aspecto, a história da língua portuguesa, e mesmo o processo histórico da implantação da língua portuguesa nos diversos contextos culturais, é um fundo cultural e histórico comum à comunidade linguística atual dos países membros. Contudo, a reconsideração desse processo histórico, em uma perspectiva decolonial, é um tema complexo (BISPO, 2018) e requer um aparato teórico adequado, para que

os documentos históricos comuns possam ser objeto de políticas culturais, sobretudo em relação à promoção da língua, por exemplo, sem atingir a identidade das sociedades atuais envolvidas nesse processo intercultural e linguístico.

Andrew Laird (2015) cita o fato de que a implantação dos vernáculos ibéricos nos contextos coloniais ultramarinos quinhentistas derivou de uma decisão do Concílio de Trento, em uma sessão no ano de 1545, quando as línguas vernáculas, em latim *vulgares linguae*, passariam a ser utilizadas na catequese. Assim, além da implantação do vernáculo na América portuguesa quinhentista, pelos missionários, ocorrera também a descrição da língua dos indígenas de cultura tupinambá, para uso na catequese, tendo sido utilizado o latim humanístico na formação de missionários:

Over the sixteenth century, the use of Latin diminished in the Iberian colonies as it did in the Iberian peninsula. The perceived need to train native preachers and catechists in the language was dispelled altogether after the 1545 session of the Council of Trent had enjoined preaching in vernaculars (*vulgares linguae*) – primarily in order to combat Protestant influence in Europe. The arrival in the New World of the Jesuits, who reached Brazil in 1549, Peru in 1568 and New Spain in 1572, consolidated the use of Latin in higher education, but it was thereafter confined mainly to universities and colleges. In 1599, the Society of Jesus adopted the

ratio studiorum (“system of study”) – a curriculum of classical authors that provided the foundation for most Latin writing in the Americas over the seventeenth and eighteenth centuries. (LAIRD, 2015, p. 527-528)

Para desenvolver essa reflexão teórico-cultural, nos valem do *Plano de Ação da Praia* (2021), documento que surgiu no âmbito da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, cimeira realizada em Luanda, Angola, no ano de 2021. O documento apresenta entre seus tópicos o fomento às “políticas públicas para a promoção da leitura” (CPLP, 2021), no sentido de um debate sobre temas como a desterritorialização da língua portuguesa, a fim de favorecer o multiculturalismo. Nesse sentido, debatemos, como fonte textual, um documento quinhentista, a *Carta de Pero Vaz de Caminha* (CORTESÃO, 1967), sob esse pressuposto. O tema já foi desenvolvido também na dissertação de mestrado intitulada *Carta de Caminha: contato linguístico e a chegada do latim no Brasil* (TEIXEIRA, 2019), defendida no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense, em 2019.

Note-se que o *Plano de Ação da Praia* (2021) cita como fontes documentais e históricas textos da época de início da secularização, sobretudo literárias, a partir do século XVIII: “Revisitar a literatura dos séculos XVIII, XIX e XX, através

de estudos, para fins de divulgação” (CPLP, 2021). Porém, nossas reflexões têm como escopo a análise do processo missionário quinhentista, anterior à secularização, pela Linguística Missionária (ZWARTJES, 2011), o que nos leva a uma fonte documental mais longeva e complexa de análise historiográfica. O tema a ser abordado em nossa análise é o início do processo missionário, que culminaria com a implantação da Língua portuguesa no Brasil, à época da América portuguesa, rotulada também no documento como Ilha da Vera Cruz, ou Terra da Santa Cruz (TEIXEIRA, 2019).

A interpretação crítica pela Historiografia (da) Linguística (HL) gera uma narrativa interpretativa, conforme seu modelo teórico-cultural, analisando uma camada contextual-institucional na documentação histórica (BATISTA, 2019). Essa camada, relacionada à carta de Pero Vaz de Caminha (1450-1500), em 1500, remete-se ao reino absolutista de Portugal, no reinado de D. Manuel I (1469-1521), em que as instituições missionárias, sobretudo ordens religiosas do clero regular, no contexto do Padroado Português, ainda compunham a principal intelectualidade relacionada ao desenvolvimento do pensamento linguístico. O pensamento linguístico de Portugal, em 1500, estava atrelado à época, ainda

à escolástica medieval e à gramática especulativa dos modistas, de base aristotélico-tomista, até o período da gramática humanística, imediatamente posterior (AUROUX, 1992).

O pensamento linguístico dessa intelectualidade missionária quinhentista é tema da Linguística Missionária, enquanto linha de pesquisas da HL, sendo um dos fenômenos observáveis no documento histórico o “clima intelectual” (*climate of opinion*) (KOERNER, 1996) desse período. O século XVI marca, em Portugal, a passagem de uma intelectualidade medieval, escolástica, para uma intelectualidade de formação humanística, com um “embate teórico” (*theory clash*) (SWIGGERS, 2013) que deriva na gramática humanística. A partir dos séculos XV e XVI, os humanistas descrevem as línguas vernáculas europeias, como a *Gramática da língua portuguesa*, de 1540, do humanista João de Barros (1496-1570).

Todavia, o documento que analisamos é anterior ao desenvolvimento da gramática humanística em Portugal, e a “tradição de pensamento” (SWIGGERS, 2015) dos missionários, desde o século XIII até o início da época das navegações, na primeira metade do século XVI, era de base escolástica:

No século XIII, além dos beneditinos, os dominicanos e os franciscanos, tiveram participação relevante no ensino, graças aos frades ‘leitores’ que espalhavam cultura entre a população. Nesse período, já funcionavam escolas domínicas em Lisboa e Santarém, muito embora somente no século XIV o ensino claustral viesse a tomar grandes dimensões, com a instituição da Universidade, que recrutou inúmeros docentes nos mosteiros e nas ordens mendicantes. (CASAGRANDE, 2005, p. 57)

Para a HL, “a história é uma sucessão alternada de continuidades e descontinuidades”, conforme Batista (2019, p. 11). Nesse aspecto, o processo colonial, que foi descontínuo, deixou como um de seus traços contínuos a implantação da língua portuguesa, enquanto herança cultural. A análise do processo de implantação da língua vernácula, inicialmente europeia, é tema complexo, e mesmo controverso, porém, sua interpretação crítica pode servir como elemento de entendimento para a cooperação intercultural, servindo também para a promoção de uma interpretação historiográfica comum aos interesses diversos dos países do bloco multicultural, que possuem esse patrimônio comum, anterior aos nacionalismos (LAIRD, 2015).

Enquanto Estados soberanos, com o mesmo status internacional, os membros da CPLP possuem um passado

histórico comum, ainda que historicamente assimétrico, devido às colonizações e descolonizações. Essa dialética entre um presente em desenvolvimento, e um passado cuja herança cultural ainda é patente, é o grande desafio para que o bloco multicultural atinja todo o seu potencial cultural, e a língua portuguesa ganhe visibilidade na comunidade internacional.

Em nossa reflexão teórico-cultural, ainda nos valem de pressupostos da Ecolinguística, em perspectiva interdisciplinar (COUTO, 2007). As relações entre “povo-língua-território” e a “ecologia do contato de línguas” (COUTO, 2007) são importantes para a análise desse fundo documental, dado o espaço de navegação e mesmo a política colonial quinhentista, que promoveu o início da desterritorialização da língua, ainda que sob viés colonialista. Há de se notar nuances interculturais em perspectiva descritiva, como as diferenças, e mesmo divergências, entre os atores envolvidos nesse processo, colonizadores, colonos e colonizados, na “ecologia do contato de línguas” (COUTO, 2007) inicial.

Revisitar esses documentos históricos nos permite compreender “paradigmas” científicos (SWIGGERS, 2013) do pensamento linguístico da época, a fim de desenvolver a

historiografia enquanto narrativa interpretativa. A disciplina de HL, nesse sentido, pode, a partir de suas reflexões teórico-culturais, auxiliar à compreensão do processo de implantação da língua portuguesa no Brasil, um tema específico da Linguística Histórica. Como nota Faraco (2016), seguindo a interpretação de Celso Cunha, a língua portuguesa implantada pelo contato linguístico inicial e pela política missionária não era exatamente a mesma língua europeia: “No entanto, mais do que a língua portuguesa propriamente dita, o que funcionou como língua franca no cotidiano das navegações e do comércio foram antes o pidgin e, depois, as línguas crioulas de base portuguesa” (FARACO, 2016, p. 57).

Com esse intuito, para se analisar os “modos de tratamento da linguagem” (BATISTA, 2019), na descrição da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, analisamos um fato linguístico intercultural central na narrativa do documento: a primeira missa na então chamada Ilha da Vera Cruz. Podemos notar que todo o contato linguístico nessa fase era apenas gestual e visual, e mesmo musical, pois nem mesmo havia um *pidgin* estabelecido. A primeira missa é, além de um registro da política missionária, também um relato do processo intercultural, conforme as instituições da época. Caminha registra além desse fato o estado da

língua portuguesa quinhentista, nas navegações (TEIXEIRA, 2019). Nossa perspectiva problematizadora consiste em analisar as “dimensões internas e externas” desse processo (BATISTA, 2019; SWIGGERS, 2013), a partir do documento, que apresenta uma cadeia implicativa na educação missionária e na cultura humanística de Portugal, no início do século XVI.

Nesse aspecto, debatemos uma interpretação crítica da primeira missa no Brasil como ponto de partida do processo missionário, que culminou tanto na implantação da língua portuguesa no Brasil, quanto na descrição da língua indígena para catequese por Anchieta, à época da América portuguesa, enquanto colônia ultramarina do reino absolutista de Portugal, no século XVI. Ao analisarmos esse processo histórico a partir de um documento textual comum ao Brasil e à Europa, a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, de 1500 (CORTESÃO, 1967; TEIXEIRA, 2019), temos que a problematização desenvolvida é se textos do período colonial do Brasil, por exemplo, poderiam ser objetos de políticas públicas para a promoção da leitura, e se a interpretação crítica dessas narrativas pode auxiliar a cooperação no estado atual de desenvolvimento dos países soberanos da comunidade multilateral.

România moderna e a gramatização do vernáculo: conceitos viáveis para a CPLP?

Entre os modelos teórico-culturais para a descrição do processo de implantação da Língua portuguesa no Brasil, destaca-se também o conceito de România moderna (BASSETTO, 2013) da disciplina de Filologia România, a *Romanistik*, da qual derivou, em parte da descrição da Linguística Histórica, pelo conceito de “romanização”. Cabe-nos refletir se o conceito poderia ser tomado de empréstimo na Linguística Missionária, para se compreender o processo de implantação do vernáculo português no Brasil do século XVI, antes da modernidade.

Segundo Bassetto (2013), o termo *Romania* remete-se a três períodos históricos bem distintos, e a um processo específico, a “romanização”, pela concepção teórica da *Romanistik*, cujo ponto de partida é a civilização ocidental que se desenvolveu a partir da Roma antiga, medieval e renascentista, enquanto sede do antigo Império romano e, posteriormente, do cristianismo romano. Culturalmente, o conceito parte do pressuposto da centralidade cultural e política de Roma, nos processos de expansão territorial e linguística, em períodos históricos diversos. A língua latina seria o instrumento da expansão, consolidada pelas línguas românicas:

O moderno conceito de România, porém, somente foi fixado com o advento da Filologia Românica. Em sua *Grammatik der romanischen Sprachen*, de 1836, Friedrich Diez (1794-1876) consagrou o termo ao dividir a România em Ocidental e Oriental, no que foi seguido posteriormente pelos romanistas em geral; com isso o termo se tornou corrente. Gaston Paris buscou definir esse conceito em 1872; com base na tradição, define-se România como o conjunto dos territórios onde se falou latim ou onde se fala atualmente uma língua românica, incluindo-se as respectivas literaturas e a cultura de seus povos. (BASSETTO, 2013, p. 178-179)

A România antiga refere-se à expansão territorial e política administrativa do *Imperium Romanum*, com a implantação do latim nas províncias de Roma, na Europa, África e Ásia, que “nos primeiros decênios do século II d.C. atingiu sua extensão máxima, com um total de 301 províncias” (BASSETTO, 2013, p. 179). O uso do latim não era predominante na parte oriental do *Imperium*, sendo hegemônico o grego *koiné*. Roma, a capital do império, era o centro desse processo político cultural, o que levaria à romanização das línguas e culturas dos povos sob a administração imperial, dos séculos III a.C. até a queda de Roma. A România antiga é circunscrita à história da Europa, de partes da Ásia e da África, a partir da expansão e queda do antigo império de Roma. Após a queda de Roma, com as invasões germânicas, diversas línguas

românicas teriam surgido, algumas descontínuas e outras contínuas, em períodos posteriores.

Já a România medieval marca o declínio do *Imperium romanum*, com a redução de território e o latim vulgar tornando-se fragmentado, sendo esse o período que marcaria o início da diferenciação entre as línguas românicas: “a România medieval representa a fase territorialmente menos extensa, mas foi nela que as línguas românicas se formaram” (BASSETTO, 2013, p. 181). Essa foi uma época em que as comunidades linguísticas europeias travaram contato com o domínio árabe, no século VIII d.C., período medieval. O Sacro-Império Romano-Germânico do Ocidente e o califado Omíada, e posteriormente o de Córdoba, foram os principais atores desse período histórico, na Europa, em que a língua latina se vinculou, tradicionalmente, ao cristianismo ocidental. Além disso, a intelectualidade da época passou a se organizar por ordens religiosas.

A fundação de Portugal, em 1143, após a reconquista territorial, deu abertura a um novo período expansionista europeu, que teria se iniciado no século XV, e a um novo período histórico da România. Segundo Bechara (2009), um dos traços descritivos da língua portuguesa é a sua continuidade ininterrupta do latim de Roma, mesmo à época da dominação árabe:

A língua portuguesa é a continuação ininterrupta, no tempo e no espaço, do latim levado à Península Ibérica pela expansão do império romano, no início do séc. III a.C., particularmente no processo de romanização dos povos do oeste e noroeste (lusitanos e galaicos), processo que encontrou tenaz resistência dos habitantes dessa região. (BECCHARA, 2009, p. 23)

Por fim, a România moderna é um período de nova expansão sobre o domínio árabe medieval nas antigas regiões do *Imperium Romanum*: “A fase moderna da România começa no fim do século XV, quando portugueses e espanhóis, levados pelo êxito da reconquista da Península Ibérica, atacaram o norte da África” (BASSETTO, 2013, p. 181). Essa expansão se acentuaria com comércio mercantil e as navegações, até o estabelecimento de feitorias e colônias ultramarinas, por todo o globo. Culturalmente, a política missionária, com a implantação da língua, caracterizaria o que é rotulado como “romanização”, na descrição desse período histórico.

Os reinos absolutistas europeus teriam expandido as rotas comerciais de navegação por todo o globo, sobretudo, Portugal e Espanha, seguidos pela França, no século XVI, sob o signo do colonialismo (FARACO, 2016). Essa expansão teria culminado com a disseminação da língua portuguesa,

enquanto língua românica, na África, na Ásia e nas Américas, a partir dos séculos XV e XVI, língua que teve continuidade em seu uso, após o processo de secularização, e mesmo das descolonizações. Devemos notar que a religião era fator central nas sociedades absolutistas, entre os séculos XV e XVIII, anteriormente à secularização, predominando até então uma intelectualidade missionária.

Com a posterior descolonização, a língua portuguesa continuou em uso em diversas comunidades linguísticas, como patrimônio cultural de um passado histórico comum, em contextos sociais diversos, e mesmo contrastantes. O conceito de România é válido para a descrição desse processo histórico somente até a idade moderna. A centralidade cultural de Roma, nesse sentido, é justificada pelas instituições absolutistas e pela política missionária, o que já não descreve mais as sociedades desenvolvidas a partir do século XVIII, e menos ainda nos permite uma visão pluricêntrica atual sobre a desterritorialização da língua, que marca nossas sociedades contemporâneas.

Esse processo histórico de formação intercultural comum é um tema complexo, que representa um grande desafio ao ser interpretado, tendo em vista a necessidade de superação de desigualdades econômicas e sociais que derivaram

do colonialismo, ao mesmo tempo em que a cooperação multilateral se faz possível, atualmente, pela língua comum e pela soberania dos Estados envolvidos. Nesse sentido, cumpre compreender que conceitos ainda em discussão, como “lusofonia” (FARACO, 2016), na estruturação da CPLP, não podem ser pautados pela visão eurocêntrica, como o conceito de “romanização”, para serem inclusivos e representarem sociedades que em um momento histórico tiveram processos interculturais comuns, mas tomaram rumos diversos, enquanto atores geopolíticos atuais.

Como último aspecto teórico-cultural a ser debatido, na recepção e interpretação crítica da documentação histórica do período colonial da América portuguesa, consideramos o emprego do conceito de România moderna para a descrição das comunidades linguísticas quinhentistas interculturais. Dessa forma, esse é um modelo interpretativo sobre as fontes documentais, a partir do que se desenvolve a narrativa historiográfica pela HL. Assim, o contato linguístico, que dependia de intérpretes entre europeus e indígenas, era o início do processo de implantação do vernáculo português. Teriam sido os intérpretes que teriam auxiliado os missionários, nesse contato linguístico, inicialmente:

Os línguas não funcionavam apenas como intérpretes linguísticos, mas também

(e principalmente) como mediadores que atuavam quer nos processos de desvelamento, para o europeu, da geografia, da sociedade e da cultura dos territórios visitados ou ocupados; quer nos processos de imposição, às populações locais, da lógica colonial nas relações econômicas, políticas e socioculturais. (FARACO, 2016, p. 63)

A narrativa da primeira missa, na carta de Caminha, não apresenta ainda a intermediação de intérpretes, entre os portugueses e os indígenas tupiniquins, em Porto Seguro, ainda que houvesse “línguas” na armada de Cabral, tema já tratado em outro estudo (TEIXEIRA, 2019). Devemos considerar que o trabalho missionário, desenvolvido pelas ordens religiosas desde o período medieval europeu, tinha uma base idealista e humanística universal, mesmo utópica, pautada em valores éticos como a hospitalidade, derivada da moral cristã, também o trato com crianças, sobretudo órfãos, pobres, adoentados, mendigos e idosos. Porém, a conversão religiosa era forçada no século XVI, pelas instituições absolutistas, anteriores à secularização, quase teocráticas, com uma política missionária assimilacionista, o que na América portuguesa, inicialmente, resultou em um sincretismo cultural, pela imposição de costumes europeus às comunidades indígenas, e mesmo o emprego de violência na colonização, inclusive contra mulheres e crianças, sobretudo

na diáspora, e eventual extermínio, das comunidades indígenas rotuladas de “tapuias”, i.e. os bárbaros, que não teriam aderido ao projeto colonial (RIBEIRO, 2002).

As sociedades quinhentistas, anteriores às revoluções científicas, eram simples se comparadas ao mundo atual, e grande parte dos esforços se dava no sentido da garantia da subsistência, em um mundo ainda de base agrária e mercantil, cujos principais problemas a se enfrentar eram a fome e doenças, com elevada mortalidade infantil e baixa expectativa de vida. Nesse cenário, a religião ocupava grande parte do tempo ocioso, que não era destinado às atividades de subsistência. A tecnologia militar era rudimentar, sendo o uso da pólvora e as esquadras navais as principais inovações em relação ao período medieval.

Bóris Fausto (2006) sintetiza o quadro da sociedade colonial da América portuguesa e do reino absolutista de Portugal à época da expansão ultramarina, cuja resultante econômica foi o comércio mercantil de itens de alimentação, como especiarias, como pimenta e cravo-da-índia, e posteriormente, o açúcar. Todo o sistema mercantilista valia-se do escravismo em sua cadeia de produção:

Por último, lembremos que, no início do século XV, a expansão correspondia aos interesses das classes, grupos sociais e

instituições que compunham a sociedade portuguesa. Para os comerciantes, era a perspectiva de um bom negócio; para o rei era a oportunidade de criar novas fontes de receita numa época em que os rendimentos da Coroa tinham descido muito, além de ser uma boa forma de ocupar os nobres e motivo de prestígio; para os nobres e os membros da Igreja, servir ao rei ou servir a Deus, cristianizando ‘povos bárbaros’, resultava em recompensas e em cargos cada vez mais difíceis de conseguir nos estreitos quadros da metrópole; para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo emigrar, a tentativa de uma vida melhor, a fuga de um sistema social opressivo. Dessa convergência de interesses só ficavam de fora os empresários agrícolas, para quem a saída de braços do país provocava o encarecimento da mão-de-obra. (FAUSTO, 2006, p. 10-11)

A intelectualidade missionária, que compunha os principais agentes na desterritorialização da língua portuguesa no ultramar, no século XVI, era derivada, sobretudo de ordens religiosas, cujo pensamento linguístico (SWIGGERS, 2013) era de base escolástica, aristotélico-tomista, mas organizada segundo regras específicas de cada ordem. A educação para crianças era uma das práticas mais comuns dos religiosos da época quinhentista, em Portugal. Com o desenvolvimento da educação humanística europeia, pela *Respublica Litteraria*, o ensino na língua vernácula, sobretudo a alfabetização, teria

se tornado elemento central para o ensino da gramática humanística, que era também tarefa das ordens religiosas, além da catequese, o que alcança as colônias ultramarinas.

Da primeira missa em 1500, até a gramática de Anchieta, publicada em 1595, há um crescente na política missionária da América portuguesa. Analisamos a seguir o relato de Caminha, desse momento inicial, a partir da leitura crítica de Jaime Cortesão. A primeira missa do Brasil, oficiada por Frei Henrique de Coimbra, OFM (1465-1532), em Porto Seguro, se desenvolveu em uma assembleia intercultural de navegadores, da Europa, Ásia e África, da armada de Cabral, e de indígenas tupiniquins, à distância. Era o marco inicial da chegada dos portugueses ao Brasil, relatado na *Carta de Pero Vaz de Caminha* (TEIXEIRA, 2019). O que os distanciava e conectava era o território litorâneo, cuja rota marítima fora descoberta pela navegação de Portugal.

Figura 1. Primeira Missa no Brasil



Fonte: Cândido Portinari, [1948] 2022.

A primeira missa intercultural, 26 de abril de 1500

A carta escrita por Pero Vaz de Caminha, registrando o descobrimento da rota marítima entre Portugal e a Terra de Vera Cruz registra o primeiro contato linguístico entre europeus e indígenas tupiniquins. Entre os fatos narrados nesse primeiro contato, que durou pouco mais de uma semana, há o registro da primeira missa no Brasil, aos 26 de abril de 1500, quatro dias depois da chegada da armada, que havia saído de Portugal. No calendário litúrgico cristão, era o domingo de Pascoela, uma semana após a Páscoa, data de relevo para a cristandade europeia.

A primeira missa tem lugar no Ilhéu de Coroa Vermelha, e os indígenas puderam participar apenas à distância. Seguiu-se uma segunda missa em terra firme:

*Ao domjngo de pascoela pola manhã
detremj
nou ocapitam dhir ouuir misa e preegaçam na
quele jlheo. e mandou atodolos capitaães
que se
corejesem nos batees e fosem cõ ele e asy foy
feito. / (folha 5)
mandou naquele jlheeo armar huũ esperauel
e dentro neele aleuantar altar muy bem core
gido*

(Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se aprestassem nos batéis

e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperável, e dentro dele um altar mui bem corregido). (CORTESÃO, 1967, p. 233)

A comunicação era visual e gestual, logo universal, mas possuía um significado mesmo assim, comunicado por símbolos, formando um contato linguístico sem fala inicial (TEIXEIRA, 2019), algo que os portugueses já haviam desenvolvido nas navegações na costa da África e na Ásia, no século XV. Toda a movimentação dos portugueses era observada da praia pelos indígenas, e o intuito dessa comunicação visual era demonstrar suas técnicas, seus instrumentos e utensílios, a fim de aproximar os povos. Assim, armar um “esperável” e, nele, o altar, era uma demonstração do “engenho”, e das práticas culturais, como uma mostra dos seus costumes para os indígenas.

Na “ecologia do contato de línguas” (COUTO, 2007), a linguagem simbólica ocupa lugar de relevo, podendo-se definir esse conceito, a partir do que Bechara (2009) nos apresenta como linguagem: “Entende-se por linguagem qualquer sistema de signos simbólicos empregados na intercomunicação social para expressar e comunicar ideias e sentimentos, isto é, conteúdos de consciência” (BECHARA, 2009, p. 28). A missa intercultural, de forma simbólica, nesse sentido, era uma linguagem específica.

Depois de construída a estrutura, a missa ao ar livre foi oficiada, isto é, cantada por voz entoada. Agora, além da comunicação visual e gestual, a música litúrgica, em latim, servia como elemento de interação intercultural. Nesse aspecto, a melodia musical e o ritmo, o significativo, na cadeia fonética, era mais importante do que o significado, e a mensagem era transmitida, mesmo que não houvesse uma língua comum de para a comunicação intercultural. A música teria tido esse papel estético fundamental no processo missionário e na educação humanística do século XVI, que facultaram o contato linguístico intercultural:

*Aly com todos nos outros fez dizer missa
aqual dise o padre frey amrique em voz entoa
da e oficiada cõ aquela meesma voz pelos
outros (folha 5)
padres e sacerdotes que aly todos heram. /
aqual
missa seg^o meu parecer foy ouujda per todos cõ
mujto prazer e deuaçom.*

(E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que todos eram ali. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção). (CORTESÃO, 1967, p. 233)

Note-se que além de Frei Henrique de Coimbra, havia um coral com oito celebrantes, o que tornava possível que os indígenas na praia ouvissem o canto litúrgico. Além da missa,

toda uma constituição simbólica se fazia presente, com as insígnias da Ordem de Cristo, que havia saído de Belém, em Portugal, com os navegadores, e ornava as naus:

*Aly era com o capitam
abandeira de xpos com que sayo debelem a
(folha 5)
qual esteue senpre alta aaparte do
auamjelho. /*
(Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo,
com que saiu de Belém, a qual esteve
sempre levantada, da parte do Evangelho).
(CORTESÃO, 1967, p. 233)

Assim que a parte ritualística da missa se encerrou, o celebrante proferiu o sermão, em sua homilia, seguindo sua tradição. Esse sermão já em língua vernácula teria servido para demonstrar aos indígenas como seria o processo missionário, cuja base era a retórica clássica, de base greco-romana, derivada também da tradição judaico-cristã da exegese bíblica, em que um *vir doctus* (doutor) atua como *magister* (mestre), ensinando seus conhecimentos. As comunidades indígenas poderiam assim ter percebido uma hierarquia, em que todos param para escutar os ensinamentos dos missionários.

Esse costume, também comum aos povos indígenas de cultura tupinambá, cujas comunidades possuíam conselhos de anciões e líderes tradicionais, era outro elemento de

comunicação simbólica, cujo significado visual não dependia de uma língua comum para ser transmitido:

Acabada amisa desuestiosse o padre eposesse em huũa cadeira alta e nos todos lamcados per esa area e preegou huũa solene e proueitossa preega

çom da estorea do auanjelho. e em fim dela tra (folha 5)

utou de nossa vijnda e do achamento desta trra cõ

formandose cõ o sinal da cruz so cuja obediência

vijmos aqual veo mujto apreposito e fez mujta deuaçom.

(Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, ao fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção). (CORTESÃO, 1967, p. 233-234)

O sermão na língua vernácula era uma demonstração da língua em uso dos navegantes, que expunham um momento seu, privado, como uma cena simbólica, transmitindo seus costumes para outros povos. A linguagem simbólica do “sinal da Cruz” era um signo gestual, com valor cultural e tradicional, além do valor espiritual e metafísico, servindo também como um signo de comunicação intercultural, sem o uso da fala. Todos esses elementos constituíam um contato

linguístico, efetuado em diversos níveis, para a aproximação intercultural dos povos envolvidos, sem a necessidade de uma língua comum, o que levaria alguns anos ainda para se desenvolver, mesmo os *pidgins*. Essa aproximação inicial teria permitido, posteriormente, o estabelecimento de feitorias, para trocas comerciais que não precisavam de uma língua comum, como o escambo de pau-brasil.

Na continuação de seu relato, o escrivão da armada de Cabral cita como os indígenas tupiniquins observavam na praia o desenrolar desses fatos:

*Em quanto esteuemos aamisa e aapregacom
seriã na praya out^a tanta gente pouco mais
ou menos como os domtem cõ seus arcos e
seetas (folha 5)*

*os quaaes amdauam folgando e olhandonos
e asentaramse.*

(Enquanto estivemos à missa e à pregação, seria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, a qual andava folgando. E olhandonos, sentaram-se). (CORTESÃO, 1967, p. 234)

O relato apresenta a interpretação do significado desse contato inicial. Sempre armados com arcos e flechas (setas), reunidos em um grupo com dezenas de indígenas tupiniquins, o grupo nos remete a uma guarda, enviada para interceptar os estrangeiros. Todavia, tendo percebido que os eventos que ocorriam, durante a missa, não representavam perigo,

passaram a “folgar”, inclusive, sentando-se para observar os portugueses. Teria assim se estabelecido o contato, pacificamente, nesse primeiro momento.

Todavia, essa primeira observação dos indígenas tupiniquins não significava uma recepção passiva, ou desinteressada dos indígenas, pois na sequência, os tupiniquins teriam iniciado a interagir com os portugueses, segundo o escrivão, com danças, cantos e com um instrumento de sopro. Teriam apresentado suas músicas tradicionais, ali, demonstrando seu interesse também de estabelecer contato. A música foi a primeira língua de contato intercultural:

*E depois dacabada amisa aseẽ
tados nos apregaçom aleuantaranse mujtos
(folha 5)
deles e tanjeram corno ou vozina e
começaram
asaltar e dançar huũ pedaço.*

E, depois de acabada a missa, assentados nós à pregação, levantaram-se muitos deles, tangeram corno ou buzina e começaram a saltar e dançar um pedaço. (CORTESÃO, 1967, p. 234)

Assim que essas interações terminaram, os portugueses teriam se retirado para seus navios, tendo deixado os indígenas na praia, que também se retiram para suas aldeias, ao término do dia. No dia seguinte, o processo de contato intercultural teria se reiniciado novamente:

*Acabada apregaçõ moueo
ocapitã e todos peraos batees cõ nosa band^{ra}
(folha 5-5v.)*

alta

Acabada a pregação, voltou o Capitão, com todos nós, para os batéis, com nossa bandeira alta. (CORTESÃO, 1967, p. 234)

Toda essa formalidade era necessária, pois significava o primeiro encontro simbólico de duas culturas que teriam buscado um processo de interação. Todavia, na sequência, o projeto colonial teria estabelecido uma relação assimétrica entre colonizadores e colonizados, o que deixou uma cicatriz nas relações históricas comuns aos povos envolvidos nesse processo intercultural, sobretudo devido ao escravismo que se sucedeu a esse primeiro encontro pacífico.

Conclusão

Olhar para o passado e pensar o futuro é a proposta desse artigo, o que deixamos para concluir nossa argumentação. As sociedades atuais que compõem a CPLP derivaram de um processo histórico e cultural comum, a expansão do reino absolutista de Portugal, que ocorreu há séculos. Situou-se o processo colonial entre a utopia humanística e a distopia escravista, no século XVI. Porém, nem mesmo Portugal é mais um reino absolutista, nem os países que formam a comunidade são colônias. O processo de colonização foi

descontínuo historicamente, enquanto a soberania jurídica é assegurada pela comunidade internacional para os membros da CPLP, desde as descolonizações.

Porém, enquanto herança linguística desse passado histórico comum, a língua portuguesa foi contínua nas sociedades que integraram esse processo intercultural. A língua se desterritorializou, se diversificou, tanto quanto as sociedades que compõem a CPLP. O interesse de reaproximação dessas sociedades atuais não é o reflexo do retorno ao passado histórico colonial, para vivenciá-lo, algo inconcebível e anacrônico, pois a história se compõe de camadas sucessivas de continuidades e discontinuidades, logo o período do mercantilismo econômico foi superado há séculos, pelas revoluções industriais, surgindo, porém outras desigualdades. Assim, as necessidades atuais de globalização, em blocos multilaterais se impõem, no estabelecimento de uma comunidade pautada em uma cooperação democrática, com vantagem para todos os países-membro.

O patrimônio cultural comum aos membros da CPLP é um ponto de intersecção para cooperações que atualizem as relações interculturais de maneira renovada, e que atendam expectativas de desenvolvimento atuais da comunidade. Uma maior inserção da língua portuguesa na globalização, no desenvolvimento científico, por exemplo,

é possível a partir de uma reconsideração desse patrimônio cultural comum, reinterpretado a partir dos pressupostos do *Plano da Praia*, de 2021. A carta de Pero Vaz de Caminha é um desses documentos, comuns a Portugal e ao Brasil, que utilizamos para demonstrar uma interpretação crítica em perspectiva decolonial.

Referências

- ANCHIETA, José de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz, 1595.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli. Campinas: Orlandi - Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1992.
- BASTOS, Neusa M. O. Barbosa; PALMA, Dieli Vesato. (Orgs.) *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino da Língua Portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas românicas*. v. 1, 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Historiografia da Linguística e um quadro sociorretórico de análise. In: ALTMAN, Cristina et al. *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, p. 81-114, 2019.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BISPO, António Alexandre. Focalizando a Diocese norte-africana de Ceuta e a cidade de Olivença. Frei D. Henrique Soares de Coimbra (c.1465-1532) no Brasil, Índia e como Bispo de Ceuta. *Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira*, n. 148/13, 2014:2. Disponível em: <http://revista.brasil-europa.eu/148/Diocese-de-Ceuta.html>. Acesso em: 11 jan. 2022.

- CASAGRANDE, Nancy dos Santos. *A implantação da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI*. São Paulo: EDUC, 2005.
- CORTESÃO, Jaime. *A obra de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugália, 1967.
- COUTO, Hildo Honório. *Ecolinguística*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- CPLP. *Plano de ação da Praia 2021*. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=9226&M=NewsV2&PID=10872>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- FAUSTO, Bóris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2006.
- KALTNER, Leonardo Ferreira. *O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020.
- KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia da Linguística. *Revista da Anpoll*, n. 2, p. 45-70, 1996.
- LAIRD, Andrew. Colonial Spanish America and Brazil. In: KNIGHT, Sarah; TILG, Stefan (Orgs.). *The Oxford Handbook of Neo-Latin*. New York: Oxford University Press, p. 525-540, 2015.
- PORTINARI, Cândido. *A primeira missa no Brasil*. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cultura/2013/01/painel-de-portinari-a-primeira-missa-no-brasil-vai-integrar-acervo-do-museu-nacional>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 44-45, p. 39-59, 2013.
- TEIXEIRA, Viviane Lourenço. *Carta de Caminha: contato linguístico no Brasil quinhentista à luz da Linguística Ecolinguística*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem. Universidade Federal Fluminense: Niterói – RJ, p. 123, 2019.
- ZWARTJES, Otto. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550–1800*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011.

Leonardo Ferreira Kaltner

Doutor em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

Docente na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Líder do grupo de pesquisas: Filologia, línguas clássicas e línguas formadoras da cultura nacional (FILIC/CNPq/UFF).

E-mail: leonardokaltner@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1629212111945095>

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>

Viviane Lourenço Teixeira

Doutoranda em Estudos da Linguagem, na Universidade Federal Fluminense.

Mestrado em Estudos da Linguagem, Universidade Federal Fluminense, 2019.

Membro do grupo Filologia, línguas clássicas e línguas formadoras da cultura nacional (FILIC/CNPq/UFF).

E-mail: viviane_lourenco@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3969338938156113>

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9883-928X>